

O OLHAR DO OUTRO SOBRE A DIFERENÇA SURDA: REPRESENTAÇÕES SOBRE OS SURDOS E A SURDEZ

SILVA, Francisco Uélison da

Mestrando em Educação junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, professor da disciplina de LIBRAS da Faculdade Santa Maria –FSM e professor nas redes Estadual e Municipal de Ensino. E-mail: franciscouelison@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo fomentar uma discussão acerca das representações da Surdez, discorrendo, de forma breve, no percurso histórico. Este artigo busca entender como os Surdos são representados, propondo-se a uma análise sobre o ser Surdo enquanto diferença cultural, assim como sobre a forma desses sujeitos aprenderem e apreenderem o mundo pela Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. O trabalho pretende nos levar a uma reflexão sobre os modos de apreensão e comunicação dos indivíduos culturalmente constituídos e a não compreensão da família, sociedade e instituições de ensino ao jeito próprio de ser desses indivíduos enquanto cultura, identidade e alteridade. Ao Partir do modelo de educação de Surdos com os olhos voltados para política inclusiva, é que se percebe a lacuna por falta de conhecimento das instituições no que diz respeito aos Surdos e a Surdez. Discutiremos sobre a realidade de como estes sujeitos chegam às escolas e lhes é imposta a língua oral (português), ou por ignorância ou por não haver prioridade a uma educação que se adapte à forma de aprender desses sujeitos, ou ainda, vendo estes alunos como massa de modelar, que poderá ser moldado e encaixado dentro dos padrões de normalidade a partir da imposição de uma língua pertencente a um grupo majoritário. A partir da discussão empreendida, concluímos que, no presente artigo, o meio pelo qual as pessoas Surdas brasileiras ganharão poder e força e terão acesso ao conhecimento universal, é, sem dúvida, a Língua brasileira de Sinais – LIBRAS. O espaço que deve fomentar essas discussões é o escolar, a partir da organização de um currículo que também contemple uma pedagogia voltada para o aluno Surdo.

Palavras-chave: LIBRAS. Cultura. Identidade. Diferença. Educação de Surdos.



O OLHAR DO OUTRO SOBRE A DIFERENÇA SURDA: REPRESENTAÇÕES SOBRE OS SURDOS E A SURDEZ

SILVA, Francisco Uélison da

Mestrando em Educação junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, professor da disciplina de LIBRAS da Faculdade Santa Maria –FSM e professor nas redes Estadual e Municipal de Ensino. E-mail: franciscouelison@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Este artigo busca entender como os Surdos são representados, propondo-se a uma análise sobre o ser Surdo enquanto diferença cultural, assim como sobre a forma desses sujeitos aprenderem e apreenderem o mundo pela Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Para isso, propõe-se uma reflexão sobre os modos de apreensão e comunicação dos indivíduos culturalmente constituídos e a não compreensão da família, sociedade e instituições de ensino no que diz respeito ao jeito próprio de ser desses indivíduos enquanto cultura, identidade e alteridade.

Dessa forma, torna-se pertinente uma rápida contextualização histórica das representações sobre essas pessoas. Destaque ao Congresso de Milão de 1880 e a Declaração de Salamanca (1994) que, mesmo apresentando uma perspectiva integracionista, pode ser considerada um marco para a consolidação da política de educação inclusiva no Brasil.

Visitando algumas escolas que têm pessoas Surdas em salas de aula comum e realizando leituras sobre a temática, percebi que o uso da oralidade é muito frequente nas instituições de ensino. O aluno Surdo até tenta acompanhar as atividades, mas o aprendizado acontece de forma fragmentada, levando-o a fingir que aprende e o professor fingir que ensina. Além do mais, a maioria dos alunos não sabem a Língua de Sinais e muito menos o professor, que o enxerga numa visão *ouvintista*, tratando-o como alguém que um dia poderá tornar-se um outro ouvinte.

O chamado ouvintismo¹ ainda é existente, por entender que sem fala e sem escuta o indivíduo não é capaz de aprender. Segundo Quadros (1997, p. 65):

No presente momento, cabe aos profissionais que estão diretamente em contato com os surdos reconhecerem tal complexidade e o estatuto das línguas de sinais. A partir dessa postura e diante de uma proposta bilíngue, os profissionais deverão preocupar-se em adquirir essa língua para que a interação com o aluno ocorra verdadeiramente e o aluno tenha acesso a todas as informações. Para que os profissionais aprendam a língua de sinais, o processo será o mesmo de quando se aprende qualquer outra língua.

¹ Segundo Skliar, “é um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte”. (2013, p. 15).



As pessoas Surdas devem ser consideradas, na sua condição, de formadoras de uma comunidade linguística minoritária. É preciso que se entenda que ser Surdo não significa ter nascido em algum lugar determinado ou integrar uma família específica com as mesmas características. Além disso, os Surdos são possuidores de uma língua de modalidade viso-espacial, cuja expressão e recepção se diferenciam daquelas de modalidade oral e auditiva.

Quando se trata da pessoa Surda, deve-se levar em conta que o seu canal de recepção e emissão de informações é o visual, envolvendo imagens e movimentos espaciais, sendo a Língua de Sinais a modalidade linguística que atende a essa forma de comunicação. Isso contribui significativamente para o desenvolvimento cognitivo dos Surdos. Essa peculiaridade demanda um repensar quanto ao currículo escolar e as representações que se faz dos Surdos e da Surdez.

É importante se pensar na questão curricular do ambiente inclusivo para Surdos porque não se pode esquecer que ele está numa sala onde os alunos absorvem o conhecimento de outra forma, pelo canal auditivo. Esse novo contexto faz com que os professores busquem conhecer as particularidades do seu aluno Surdo, para que ele não fique excluído dentro da própria sala de aula.

Tal reflexão leva, necessariamente, ao estudo dos aspectos culturais nos quais a comunidade Surda está imersa. Falar em Cultura Surda como algo próprio de um grupo de pessoas localizado no tempo e no espaço é fácil. Entretanto, sempre houve resistências em entender que essa comunidade possui também processos culturais específicos, haja vista que muitos autores ainda defendem uma concepção de cultura como universal, única (SKLIAR, 2013).

Para que o Surdo não seja visto a partir de uma visão clínica, visão esta que estigmatizou estes indivíduos por um longo período histórico é necessário que estes sejam reconhecidos enquanto identidade e diferença, como uma cultura minoritária inserida em uma cultura majoritária, minoritária não por ser inferior, mas por se tratar de um grupo pequeno inserido em um grupo maior. Por ter essa condição bicultural, estes sentem a necessidade de estar na escola e principalmente de aprenderem a Língua de Sinais como primeira língua e a Língua Portuguesa, em sua modalidade escrita, como segunda língua.

Conforme Dorziat (2011), o aperfeiçoamento da escola comum, em favor de todos os alunos, é primordial. Por isso, é primordial haver também uma proposta bilíngue em que todas as escolas se adaptem as necessidades das pessoas Surdas. Esta autora observa que os professores precisam conhecer e usar a Língua de Sinais nos ambientes educacionais, mas a simples adoção dessa língua não é suficiente para escolarizar o aluno Surdo.

A maioria dos Surdos, nascem em famílias ouvintes e aprendem a se comunicar de forma fragmentada usando gestos espontâneos advindos de suas experiências visuais. Estes



estabelecem uma comunicação apenas no seio de suas famílias, e isso significa dizer que estando longe de seu convívio não estabelecem uma comunicação com outros grupos sociais. O conhecimento se dá somente ali, naquele meio sem uma oportunidade de amplo fundo social, capaz de os tornarem mais humanos, tendo acesso a todos os meios de aprendizagem.

Para que tenham acesso ao conhecimento de forma eficaz, faz-se necessário o aprendizado de uma língua que contemple o seu modo visual de aprender e apreender o mundo: a Língua de Sinais. Para tanto é necessário que os grupos Surdos conheçam outros Surdos, partilhem suas experiências e aprendam juntos a Língua de Sinais, instrumento de poder e força para a inserção dessas pessoas na sua cultura própria. No entanto, escola deve ser o ambiente que proporcione esse conhecimento e faça valer os direitos linguísticos e culturais dessas pessoas.

METODOLOGIA

O percurso investigativo desta pesquisa ocorreu por meio de revisão bibliográfica; da análise dos documentos que abordam a Educação de Surdos e como historicamente estes eram representados socialmente; a Surdez enquanto cultura, identidade e diferença; analisou-se a lei 10.436/2002, que reconhece a LIBRAS como língua das Comunidades Surdas; o decreto nº 5.626/2005 que regulamenta a lei nº 10.436/2002 e dispõe sobre a formação dos profissionais para atuar com alunos surdos; bem como a Declaração de Salamanca e documentos que dispõem sobre a inclusão do aluno Surdo na escola regular; crítica a um currículo feito por ouvintes e para ouvintes; e, uma proposta bilíngue de educação, mostrando que tal proposta foi uma luta das Comunidades Surdas, em defesa dos seus direitos linguísticos e culturais.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

COMO ERAM REPRESENTADOS OS SUJEITOS SURDOS

Uma proposta voltada para educação dos surdos da forma como a conhecemos hoje, nem sempre tiveram ideias voltadas para o jeito próprio de ser do povo Surdo, passando por um conturbado contexto histórico. Na antiguidade, estas pessoas eram vistas como seres inferiores, incapazes de raciocinar e portando, incapazes de adquirir conhecimento. Na Grécia antiga, Segundo Honora (2014, p. 49): “Aristóteles, um respeitado filósofo da época,



acreditava que a audição era o sentido mais importante para o sucesso da escolarização, [...] os surdos eram impedidos de receberem instruções educacionais”. Estes sujeitos foram estigmatizados e representados dentro de padrões pré-estabelecidos pelas sociedades em seus diversos contextos históricos. Para este filósofo, quem não escutava e não falava era incapaz de aprender, no entanto, não raciocinava.

As sociedades, grega e romana, supervalorizavam o corpo perfeito, a beleza e a força física. Como pressupostos essenciais para a supremacia da organização social em virtude da dedicação contínua à guerra, tinham como finalidade conquistar escravos. Com isso, mantinham a ordem vigente, deixando claro que as pessoas com deficiência não poderiam ser consideradas seres humanos, sendo descartadas, na maioria das vezes, quando ainda bebês.

De acordo com Honora (2014), após três séculos, já na idade média, a igreja católica exercia uma forte influencia na discriminação às pessoas com deficiência. Para esta instituição, todos os homens foram criados à imagem e semelhança de Deus e os que não se encaixavam nesses padrões de perfeição, não eram considerados humanos.

Os senhores feudais, para não ter que dividir suas heranças com outras pessoas, casavam os próprios familiares. Há relatos, segundo Honora (2014) de que irmãos chegavam a casar com os próprios irmãos. Conforme esta autora:

Os surdos não eram bem aceitos pelas suas famílias e nem pela sociedade, vivendo à margem, não frequentando as reuniões familiares, os jantares, e nem os bailes da época. Geralmente moravam nas casas dos fundos dos castelos e eram criados por amas de leite. (HONORA, 2014, p.50)

Isso mostra como eram representadas as pessoas Surdas, tanto pelas famílias como pela sociedade. Ao impedirem que participassem de jantares, reuniões e outras atividades, fica evidente a vergonha que tinham de expor para a sociedade a “deficiência” daquele familiar. Assim sendo, escondiam essas pessoas nas casas dos fundos dos castelos, deixando-os aos cuidados das empregadas que assumiam o papel de amas de leite.

Segundo registros históricos, em troca de grandes fortunas a igreja católica assumia a função de preceptora dos Surdos, ao cuidar dos filhos dos senhores feudais. O primeiro foi o espanhol e monge beneditino Pedro Ponce de León, que junto com os Surdos que moravam no mosteiro, criou o primeiro alfabeto manual. Possivelmente a criação desse alfabeto objetivava suprir a lacuna na comunicação quando se tratava da oralidade. Ele é considerado, na história, o primeiro educador de Surdos e usava o método oralista, pois os senhores feudais desejavam que seus filhos aprendessem a falar, para assim, terem o direito de herança.

Um outro educador, completamente contra o uso da Língua de Sinais e a favor do oralismo, foi o médico suíço Konrad Amman. Seu método de educação se baseava na leitura



labial, uso de espelhos e o tato, com o objetivo de fazer com que os seus alunos sentissem as vibrações das cordas vocais, se assemelhando as técnicas fonoaudiológicas atuais.

Um outro nome que merece destaque é o francês Charles-Michel de L'Épée, defensor da Língua de Sinais e considerado como sendo o “pai dos Surdos”. Fundou em 1760 o Instituto Nacional de Surdos-Mudos (termo usado na época), hoje Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris. Seu método ficou conhecido no mundo inteiro, inclusive no Brasil no ano de 1756, quando D. Pedro II, que tinha um neto Surdo, filho da princesa Isabel, convida o professor Hernet Huet para fundar um instituto aqui no império. No dia 26 de setembro de 1857, funda o Instituto Imperial de surdos-mudos, hoje o atual INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos, com sede no Rio de Janeiro.

Historicamente, o ano que marcou o povo surdo do mundo inteiro e que ainda hoje é lembrado pela Cultura Surda como um atraso em sua educação, foi o ano de 1880. O motivo foi a realização de um Congresso internacional ocorrido em Milão, Itália, que discutia como deveria ser conduzida a educação dessas pessoas. Para as Comunidades Surdas, este Congresso significou um atraso na educação, pois a Língua de Sinais foi banida totalmente das escolas e o oralismo foi o método imposto como a única forma que o Surdo tinha para aprender.

O objetivo da filosofia oralista era de tornar o Surdo outro ouvinte, pois este precisava aprender a falar para se assemelhar a quem escutava. Usavam técnicas de oralização para forçar os indivíduos a falar, proibiram a Língua de Sinais e amarravam as mãos dos que sinalizavam no espaço educacional. Mesmo assim, muitos se encontravam às escondidas com o intuito de praticar a língua e trocarem experiências visuais.

LIBRAS, CULTURA SURDA E EDUCAÇÃO: UM DIREITO DA PESSOA SURDA

Inspirada na Declaração Mundial de Educação para Todos e na Declaração de Salamanca (1994), a Educação Inclusiva defende o acesso de todos à escola, mediante a criação de mecanismos e práticas educativas que respeitem as necessidades educacionais especiais dos indivíduos diferentes. Dessa forma, a inclusão de pessoas com Surdez na escola comum, requer que se busquem meios para beneficiar sua participação e aprendizagem, e uma delas é que os indivíduos Surdos precisam primeiro, aprender a sua língua materna, e isso só pode acontecer de forma eficaz a partir da interação com outros Surdos. Assim sendo, aceitar-se Surdo depende muito do convívio e do aprendizado da Língua de Sinais, levando em consideração que a língua identifica o sujeito dentro de sua cultura, dando-lhe a oportunidade de comunicar-se com seus pares. Mas, não é isso que os discursos hegemônicos têm produzido, pois segundo CANUTO, 2015. P. 125):



Quando transportamos essa ideia de poder para a atmosfera escolar, é perceptível pelo sistema organizacional da mesma que há uma hierarquia, que coloca o aluno no término da escala de poder, ou seja, o educando/a é por muitas vezes entendido/a e tratado/a com uma massa de modelar, que ainda não possui forma definida, ou desejada.

Partindo do modelo de Educação de Surdos com os olhos voltados para política inclusiva, é que se percebe a lacuna por falta de conhecimento das instituições no que diz respeito a Surdez enquanto questão cultural e a falta de uma educação que contemple a forma visual de aprender do Surdo. Além disso, estes sujeitos chegam às escolas e lhes são impostas a língua oral (português), ou por ignorância ou por não se priorizar uma educação que se adapte à necessidade dele, ou ainda, vendo estes alunos como massa de modelar, que poderá ser moldado e encaixado dentro dos padrões de normalidade a partir da imposição de uma língua pertencente a um grupo majoritário.

Enquanto que as línguas orais são de natureza oral-auditiva, as línguas de sinais possuem um canal de comunicação viso-espacial, significando dizer que estes grupos apreendem o mundo de forma visual. Infelizmente, as relações de poder de nossa cultura oral-auditiva vê o Surdo como um deficiente auditivo, com poderes sobre este grupo, sob a lente de que este é incapaz e que precisa de reabilitação, por acreditar culturalmente que estar inserido na sociedade e exercer sua cidadania, significa ser oralizado, pois o mundo no qual se vive é sonoro e a língua oral da cultura majoritária é a única via para o conhecimento.

Essa visão clínica e terapêutica infelizmente ainda é dominante, mas, o reconhecimento da Surdez enquanto questão cultural vê na educação uma oportunidade de ser reconhecida socialmente. Para Elias (1992), “O poder não é um amuleto que um indivíduo possua e outro não”.

Os Surdos, com identidade própria, não devem ser considerados deficientes auditivos e, sim, formadores de uma comunidade linguística minoritária. É preciso que se entenda que ser Surdo não significa ter nascido em algum lugar determinado ou integrar uma família específica com as mesmas características. Além disso, o Surdo é possuidor de uma língua de modalidade viso-espacial, cuja expressão e recepção se diferenciam de todas as demais, ou seja, da modalidade oral-auditiva.

Nós ouvintes temos vantagens em relação ao Surdo, pois nascemos em famílias ouvintes e vamos à escola falando a nossa língua mãe. Os Surdos chegam à escola sem o uso de nenhuma língua, nem oral e nem de sinais, usando uma comunicação advinda de gestos espontâneos, que também surgem de suas experiências visuais. Conforme Lodi e Lacerda (2010, p. 14), observam que:



Desde cedo, a criança ouvinte tem a oportunidade de conviver com a língua utilizada pela sua família. O interlocutor adulto colabora para que a linguagem da criança flua, oportunizando atitudes discursivas que favorecem o desenvolvimento e a apropriação de aspectos socioculturais e linguísticos importantes as crianças surdas, em geral, não têm possibilidades para esse/a desenvolvimento/apropriação, já que na maioria das vezes não têm acesso à língua utilizada por seus pais (ouvintes).

Diferente de uma família ouvinte, quando uma família de Surdos descobre que seu filho será Surdo sente alegria, pois já existe todo um entendimento do que é “ser Surdo”. Os filhos Surdos de pais Surdos podem usufruir, desde o princípio, de uma comunicação fluente com seus familiares e crescer com senso de confiança, de identidade pessoal e cultural. Apesar de se saber que ser Surdo não significa ter nascido em algum lugar determinado ou integrar uma família específica, o aspecto relativo ao compartilhamento linguístico faz diferença para o seu desenvolvimento. Essa visão está relacionada ao entendimento de que as pessoas Surdas são possuidoras de uma língua de modalidade viso-espacial, cuja expressão e recepção se diferencia de todas as demais, ou seja, as de modalidade oral-auditiva.

Como já referenciado, os Surdos são pessoas que têm se firmado como parte de um grupo culturalmente engajado e que tem uma Língua própria. O desenvolvimento de suas capacidades cognitivas está estritamente relacionado à aceitação e desenvolvimento da Língua de Sinais, conforme aponta os teóricos: Dorziat (2009), Quadros (1997), Sá (2006), Sacks (2010), Sckliar (2013), Strobel (2013), dentre outros. Por isso, é importante e urgente implementar espaços de discussão da Cultura Surda, para que os Surdos se sintam motivados e se expressem, de forma natural e por sinais o seu ser Surdo.

A IMPORTÂNCIA APROPRIAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

A maioria dos Surdos têm contato com a Língua de Sinais tardiamente, por nascerem em famílias ouvintes que usam uma língua de modalidade diferente da Língua de Sinais, como já referenciado antes. Quando se trata da pessoa Surda, deve-se levar em conta que o seu canal de recepção e emissão de informações acontece através de imagens e de movimentos espaciais e a Língua de Sinais é a modalidade linguística que atende a essa forma específica de comunicação.

O desejo de serem reconhecidos une os grupos de Surdos que se aceitam Surdos na defesa de uma linguagem própria para comunicar-se com seus pares. Conforme Quadros (1997, p. 47), as línguas de sinais são:



[...] sistemas linguísticos que passaram de geração em geração de pessoas surdas. São línguas que não derivam das línguas orais, mas fluíram de uma necessidade natural de comunicação entre pessoas que não utilizam o canal auditivo-oral, mas o canal espaço-visual como modalidade linguística.

Tendo em vista o atual momento em que o modelo inclusivo de educação de Surdos é muito forte, negando e não dando visibilidade ao Surdo enquanto cultura e identidade, as Comunidades Surdas têm visto nos Movimentos Surdos uma oportunidade de reconhecimento e respeito à sua cultura. No Brasil, o Movimento Social Surdo vem crescendo com a atuação das Associações de Surdos e o reconhecimento dessa língua como meio legal de expressão e comunicação conforme a Lei Federal 10.436 de abril de 2002.

Em paralelo, a constituição de 1988 consolida uma legislação integradora da pessoa com deficiência, que configura a inclusão escolar através da educação especial. Isso é algo ratificado por lei e as declarações nacionais a exemplo da Declaração de Salamanca de 1994, defendem que todas as escolas devem estar preparadas para incluir alunos com qualquer tipo de deficiência.

Essas exigências, segundo a legislação, acontecem a partir do processo de legitimação no contexto da universalização e democratização da educação. Tais exigências dizem respeito a mudanças estruturais nas escolas como, por exemplo, a garantia de acessibilidade às pessoas com deficiência. Para a Comunidade Surda, que não aceita em hipótese alguma ser tratada como pessoas deficientes e muito menos pessoas com necessidades especiais, um ambiente onde a Língua de Sinais seja visibilizada como primeira língua tem caráter de emergência.

A Mobilização Nacional em defesa de escolas bilíngues ocorreu em setembro de 2011 podendo ser vista como um marco fundamental em favor dessas escolas. Dessa forma, o Movimento Surdo passou a ter força, e vem crescendo a cada dia e para entender a força que ganhou esse movimento, é preciso considerar dois acontecimentos. O primeiro foi a reunião do Conselho Nacional de Educação (CONAE), realizado de 28 de maio a 1º de abril de 2010, quando foi elaborado o Plano Nacional de Educação (PNE) 2011 – 2020; e o segundo foi a tentativa de fechamento do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Apesar da mobilização dos Surdos, a carta elaborada pela Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo (FENEIS), em 19 de maio de 2011, dirigida ao Ministério da Educação (MEC), denuncia o não atendimento das demandas de Surdos, intérpretes e defensores da causa dos Surdos no PNE. O posicionamento generalista contra as escolas especiais ocasionou a exclusão das manifestações em defesa de uma política voltada para a Comunidade Surda. Defensores da inclusão duvidaram da idoneidade e atuação dos



intérpretes da Língua Brasileira de Sinais, causando repúdio e revolta nos Surdos e defensores da Cultura Surda.

Quanto ao risco de fechamento do INES (2010, 2011), em virtude da inclusão das pessoas com deficiência na escola regular, essa ideia ocasionou mobilização nacional, pois esta instituição representa um patrimônio histórico para a Comunidade Surda Brasileira, por ter sido a primeira escola para Surdos no Brasil. Ambos os eventos, motivaram uma organização em forma de caravanas até Brasília, entre os dias 19 e 20 de maio de 2011, e documentos, como a carta dirigida ao MEC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, no decorrer da história, as pessoas Surdas foram estigmatizadas e estereotipadas por não estarem dentro dos padrões de normalidade impostos pelas sociedades. Hoje, carregando resquícios culturais de representações do belo, do normal e do perfeito, através de uma nova roupagem, a sociedade ainda dirige um olhar de superioridade às minorias. Tudo isso torna-se evidente quando nos deparamos com instituições de ensino funcionando com bases curriculares padronizadas, tentando tornar o diferente pelo menos parecido com as representações que fazem do “ser normal, belo e perfeito”, um modelo a ser seguido.

Em se tratando da pessoa Surda, é necessário uma interação com seus pares de forma significativa, em um ambiente em que todos se comuniquem e usem a mesma língua. Assim fica evidente, nesta discussão, que o processo de construção de identidade se dá pelo envolvimento do outro com grupos específicos que partilhem de um mesmo universo cultural. Dessa forma, o respeito à essa diferença cultural e à alteridade, deve ser proporcionado no ambiente escolar e isso só será possível se a Língua de Sinais for valorizada enquanto primeira língua e a Língua Portuguesa escrita como segunda língua. Tudo isso, em se tratando da pessoa Surda, porque para a ouvinte, o processo deve acontecer de forma contrária.

Por isso, uma proposta bilíngue de educação presente no currículo, dando lugar não somente a língua oral, mas colocando a LIBRAS no status de língua de um grupo culturalmente diferente, nos leva a acreditar na igualdade entre as duas culturas presentes no espaço escolar. Assim, a educação acontecerá entre pessoas iguais, se diferenciando apenas pelo canal de comunicação.

Chegamos à conclusão, no presente artigo, que o meio pelo qual as pessoas interagem, se comunicam e adquirem conhecimentos é a língua, principal instrumento de

poder e força para a inserção do indivíduo na cultura. O campo dos Estudos Culturais oferece um amplo espaço para tais discussões, com um olhar voltado para os conceitos de cultura, identidade e diferença respeitando a alteridade dos indivíduos que se constroem enquanto tal. Diante do exposto, afirma-se a importância dos Surdos estarem juntos com seus pares, participando de políticas voltadas para a defesa de seus direitos e se firmem enquanto cultura e identidade pelo uso da Língua Brasileira de Sinais.

O Setembro Azul é realizado, no Brasil, na semana do dia 26 de setembro, quando, em suas localidades e/ou articuladamente, as pessoas Surdas de todos os Estados e municípios brasileiros se reúnem para discutir sobre as políticas em defesa dos direitos de Ser Surdo. Durante as comemorações, são lembradas conquistas e recordados eventos que tiveram repercussões negativas na vida dos Surdos, a exemplo do Congresso de Milão de 1880, quando o Oralismo foi determinado como o melhor método para a educação dos Surdos e as Línguas de Sinais foram banidas completamente das escolas.

Diante desse contexto, as instituições de ensino precisam conhecer a Cultura Surda e dialogar com a Comunidade Surda local, se esta for existente no espaço geográfico em que a escola está inserida. Para que a inclusão da pessoa Surda aconteça de forma eficaz, faz-se necessário respeitar as diferenças linguísticas e culturais entre Surdos e ouvintes no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

CANUTO, Priscila S.; LUCENA, Ricardo F. Figurações e Poder: um passeio à luz da teoria Eliasiana. In: Gonçalves, Catarina C.; Andrade, Fernando César B. de. **Estudos Culturais da Educação: Questões abertas**. 1ed. Curitiba, PR: CRV, 2015. p.125 -139.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. **Estudos culturais, educação e pedagogia**. Revista Brasileira de Educação [online]. 2003, n. 23, pp. 36-61. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a03.pdf>>. Acessado em 10/10/2016

DORZIAT, Ana (Org.). **Estudos surdos: diferentes olhares**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

ELIAS, Nobert; DUNNING, Eric. **A Busca da Excitação**. Lisboa: Viseu, 1992.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade** (tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro). Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HONORA, Márcia. **Inclusão educacional de alunos com surdez: concepção e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2014.



LODI, Ana Claudia B; LACERDA, Cristina B.F. de (Orgs). **Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização.** Porto Alegre: Mediação, 2010.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artmed, 1997.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos.** São Paulo: Paulinas, 2006.

SKLIAR, Carlos (org.). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 2013.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

THOMA, Adriana da Silva. **Representações sobre os surdos, comunidades, cultura e movimento surdo.** In: Maura Corcini Lopes & colaboradores. **Cultura Surda e Libras.** São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2012. P.154 - 178.

